



Quem frequenta os museus?

Foto: Antoninho Perri

Exposição no Museu da Cidade, em Campinas: estudo de ponta define perfil do público

O Instituto de Geociências (IG) da Unicamp e a Prefeitura de Campinas estão promovendo os seminários "Museus e Públicos". O objetivo do evento é fomentar a troca de conhecimento entre pesquisadores e profissionais da área. De acordo com uma das organizadoras, a historiadora e pós-doutoranda do IG Adriana Mortara Almeida, os estudos destinados a traçar o perfil dos frequentadores de museus ainda são muito incipientes no Brasil, embora estejam num estágio bastante avançado em países como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França.

A pesquisa de pós-doutorado de Adriana, intitulada "Os públicos de museu de arte e de museu de ciência: perfil e impacto", que conta com o apoio da Fapesp, tem justamente o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o assunto. O trabalho está sendo desenvolvido junto ao Museu Paulista, Museu Biológico do Instituto Butantan e Pinacoteca do Estado. De acordo com a professora Maria Margaret Lopes, orientadora do trabalho, trata-se de um estudo de ponta. Ela lembra que o IG tem em sua pós-graduação uma linha de pesquisa com tradição na área de comunicação pública da ciência.

Conhecer o perfil das pessoas é fundamental para orientar a programação

Aprendizagem – Conhecer o perfil das pessoas que visitam os museus é fundamental até mesmo para orientar a programação e/ou o formato das exposições. "Os museus são espaços de educação não-formal. Por isso é importante saber se eles estão conseguindo se comunicar adequadamente com os frequentadores, o que influenciará no nível de aprendizagem destes acerca do que estão presenciando", explica Adriana.

Em sua pós-graduação (mestrado e doutorado na área de Comunicação), a historiadora também realizou pesquisas sobre público. Os resultados apontaram desde problemas elementares de comunicação, como um texto em local de difícil visualização, assim como as inúmeras interpretações que os visitantes fazem de uma mesma obra de arte.

Os seminários "Museus e Públicos" começaram no dia 23 de setembro e prosseguirão nos dias 21 de outubro e 25 de novembro, no Museu de Arte Contemporânea de Campinas (Macc), que fica na Rua Benjamin Constant, 1.633, Centro. Outras informações pelo telefone (19) 3735-0805. (M.A.F.)

□ 21 de outubro
14h às 17h

Debate: "Pesquisa e divulgação em museus de história e arte"
Professora Cristina Meneguello (IFCH/Unicamp) e professora Maria Helena Pires Martins (ECA/USP)

□ 25 de novembro
9h30 às 12h30

Debate: "Públicos de museus"
Professora Denise Studart (Fiocruz) e professora Adriana Mortara Almeida (IG/Unicamp)
Coordenadora: professora Maria Margaret Lopes (IG/Unicamp)

14h às 17h

Debate: "Redes de museus locais"
Sarah Lucia Saraiva Correa (Museu de Energia de Itu)
Maria Thereza Brasil (Museu de Arte Sacra de Campinas)
Sônia Fardin (Secretaria Municipal de Cultura de Campinas)
Coordenadora: Sônia Fardin (Secretaria Municipal de Cultura de Campinas)

Coquetel de encerramento



Fotos: Neldo Cantanti

Estrada vicinal no distrito de Joaquim Egidio, uma das regiões de Campinas mais afetadas pela especulação imobiliária

Estudo mostra como é nociva a incorporação de áreas da zona rural pelo setor imobiliário

As terras que a cidade engoliu

ANTONIO ROBERTO FAVA
fava@unicamp.br

A aquisição de terras rurais por preços inferiores aos do mercado parece que sempre foi prática comum para ampliar os lucros do ramo imobiliário. Ainda que para isso seus representantes tenham que ignorar se as glebas possuem ou não infraestrutura adequada para o parcelamento de lotes e futura construção de residências.

Durante dois anos a pesquisadora Zoraide Amarante Itapura de Miranda, do Instituto de Economia (IE) da Unicamp, investigou conflitos provocados pelo interesse de grupos imobiliários, responsáveis pela ocupação desordenada do solo. As áreas estudadas referem-se a Campinas e, em especial, à Área de Proteção Ambiental (APA) da cidade, que abrange os distritos de Souzas e Joaquim Egidio. Um espaço que representa 27% de todo o território do município de Campinas. Segundo Zoraide, os proprietários dessas áreas desenvolviam atividades agrícolas que, por conta da chegada do parcelamento urbano, acabaram abandonadas, sem quaisquer critérios práticos. "Ou seja, aos poucos as terras foram vendidas, sendo que muitas delas não possuíam a mínima infraestrutura. Ocorre que os proprietários das terras acabam se rendendo aos lucros imobiliários muito superiores aos de atividades agrícolas tradicionais", explica Zoraide.

A pesquisadora diz ainda que houve uma série de problemas advindos

A pesquisadora Zoraide Amarante Itapura de Miranda: "Terras não possuíam a mínima infra-estrutura"

de um processo de urbanização descontrolada, não-planejada, como a ocupação espacial segregada e a degradação dos recursos naturais, com comprometimentos absurdos para a vida do cidadão, que passou a viver em verdadeiros guetos, com reflexos na própria violência urbana. A Prefeitura do município caberia a tarefa de órgão fiscalizador dessas irregularidades e também como órgão de fomento a atividades economicamente viáveis e compatíveis com as áreas rurais, como o turismo e o lazer, por exemplo. "Embora incipiente, a Prefeitura tem competência e instrumentos legais para isso. Verifica-se que, com o tempo, o processo de espraiamento



desorganizado e sem planejamento adequado, sem uma avaliação eficaz das restrições de uso e de ocupação do solo dessas regiões, acabou comprometendo os recursos naturais que deveriam ser preservados".

Urbanização descontrolada provoca degradação de recursos naturais

Grupos são organizados

Autora da tese A incorporação de áreas rurais às cidades; Um estudo de caso sobre Campinas, SP, sob orientação do professor José Graziano da Silva, Zoraide mostra que o processo de incorporação de áreas rurais à cidade ocorre notadamente em virtude de "fortes interesses" do capital imobiliário. "Isso quase sempre em detrimento de investimentos públicos de interesse coletivo", observa. Ela acrescenta que os grupos imobiliários, que sempre tiveram grande poder de organização, costumam pressionar pela destinação e abertura de áreas residenciais na zona rural, com o apoio, nessa empreitada, tanto de empreende-

dores imobiliários e até mesmo de proprietários rurais, com o propósito de valorizar o seu patrimônio.

Por outro lado, outras atividades ainda subsistem em algumas áreas do município, como a agricultura orgânica, a hotelaria, a indústria do turismo, entre outras. "São atividades que deveriam estar sendo fomentadas pelo poder público", ressalta a pesquisadora. No entanto, nota-se a atuação de ambientalistas, moradores e, mais recentemente, de alguns setores do poder público municipal, através do recém-criado Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável, defendendo a preservação dos espaços rurais e de seus recursos naturais.